

FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 2015 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto operacional

A Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (“FCA”, “Companhia” ou “Ferrovia Centro-Atlântica”) com sede na cidade de Belo Horizonte (MG), tem por objeto social principal a prestação de serviços de transporte ferroviário, a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem, transbordo e atuação como operador portuário.

De acordo com o contrato celebrado com a União, através do Ministério dos Transportes, em 28 de agosto de 1996, a FCA obteve a concessão para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Centro-Leste, conforme processo de privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA (“RFFSA”), até agosto de 2026, podendo ser renovada por mais 30 anos, determinado pelo Edital nº A-3, de 28 de março de 1996, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para atender ao Programa Nacional de Desestatização.

Concomitantemente, a Companhia celebrou, em 28 de agosto de 1996, contrato com a RFFSA para arrendamento dos bens operacionais vinculados à prestação do serviço de transporte de cargas da Malha Centro-Leste, até agosto de 2026, renovável por mais 30 anos.

Em maio de 2007 a lei 11.483 encerrou o processo de liquidação da RFFSA, extinguindo-a e declarando a União como sua sucessora em direitos e obrigações.

As linhas da Malha Centro-Leste abrangem os estados de Sergipe, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, além do Distrito Federal, totalizando 7.840 quilômetros. A FCA interliga-se às principais ferrovias brasileiras e importantes portos marítimos e fluviais, com acesso aos portos de Salvador (BA), Aratu (BA), Vitória (ES) e Angra dos Reis (RJ), além de Pirapora (MG) e Juazeiro (BA), no Rio São Francisco.

Adicionalmente, em 28 de junho de 2005, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT (“ANTT”) autorizou a cisão parcial de ativos da concessão e arrendamento da Ferrovias Bandeirantes S.A. - Ferroban (“Ferroban”), que compreende a operação do trecho ferroviário entre os municípios de Araguari (MG) e Boa Vista Nova (SP), denominado Malha Paulista. No exercício de 2005, a Companhia incorporou ao ativo intangível os bens relacionados ao referido trecho, bem como o montante pago à Ferroban relativo ao direito de exploração da Malha Paulista, conforme descrito na nota explicativa 11. A Companhia vinha operando este trecho desde 2002, através de acordo operacional com a Ferroban.

Também em 28 de junho de 2005, a ANTT, através da Resolução nº 1007, publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2005, aprovou o Termo de Distrato dos Acordos de Acionistas I e II da Companhia, conforme inciso VIII da Cláusula 9.1 do Contrato de Concessão, reconhecendo a VLI Multimodal S.A. (Ex-Mineração Tacumã Ltda. - controlada indireta da VLI S.A. (“VLI”) - como a única controladora da FCA.

Foi anunciada no dia 3 de julho de 2013, pelo Governo Federal, a Resolução Nº 4.131 da ANTT, que autoriza a FCA a proceder com a desativação e devolução de trechos ferroviários. A FCA devolverá um total de 13 trechos entre eles: 7 considerados antieconômicos e 6 trechos ferroviários viáveis. A ANTT estabelecerá valor máximo de dispêndio anual com os investimentos nos trechos remanescentes, de maneira a garantir a estabilidade econômico-financeira da concessão.

A desativação dos seis trechos atenderá a um cronograma aprovado pela ANTT, garantindo à FCA sua capacidade operacional nos novos trechos do PIL, de forma a dar continuidade aos volumes previstos para atender aos atuais usuários do transporte ferroviário.

Além disso, a FCA continuará pagando trimestralmente os devidos valores referentes ao arrendamento e à concessão da malha até o término do contrato com o Governo Federal.

Os trechos antieconômicos foram devolvidos, em 2014, em conformidade com ANTT e os trechos viáveis economicamente serão desativados somente após a conclusão de novas licitações. Os trechos envolvidos conforme a resolução são os seguintes:

I – Trechos antieconômicos:	II– Trechos viáveis:
1. Paripe (BA) – Mapele (BA)	8. Alagoinhas (BA) – Juazeiro (BA)
2. Ramal do Porto de Salvador	9. Alagoinhas(BA) – Propriá (SE)
3. Sabará (MG) – Miguel Burnier (MG)	10. Cachoeiro de Itapemirim (ES) – Vitória (ES)
4. Barão de Camargos (MG) – Lafaiete Bandeira(MG)	11. Barão de Angra (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ) - Cachoeiro de Itapemirim (ES), incluindo Recreio – Cataguases
5. Biagópolis (SP) – Itaú(MG)	12. Visconde de Itaboraí (RJ) - Campos dos Goytacazes (RJ)
6. Ribeirão Preto (SP) – Passagem (SP)	13. Corinto (MG) a partir do km 1.015 + 000 – Alagoinhas (BA)
7. Cavarú (RJ) – Ambaí (RJ)	

As possíveis mutações patrimoniais decorrentes deste assunto somente poderão ser registradas após revisão e aprovação dos aditivos contratuais e, também, da efetiva transferência de posse dos bens patrimoniais, incluindo as novas licitações a serem divulgadas pelo Poder Concedente.

Em 21 de janeiro de 2016 a ANTT definiu, através da Deliberação nº 29, diretrizes para contabilização dos reinvestimentos a serem executados pela FCA no trecho Centro-Leste. A Agência deliberou diretrizes de contabilização para fins regulatórios e controle do saldo devedor dos passivos devidos pela FCA à União Federal.

Em 16 de maio de 2016 a ANTT revogou o inciso II, do art. 1º; o art. 3º e o Anexo II da Resolução nº 4.131, de 3 de julho de 2013.

2 - Base de preparação das informações intermediárias

a) Aprovação das informações contábeis intermediárias

A emissão dessas demonstrações contábeis intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de novembro de 2016.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, designados e mensurados pelo valor justo.

c) Base de apresentação

As políticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis, gestão de risco e métodos de mensuração, são os mesmos que aqueles adotados na elaboração das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas para atualizar os usuários sobre as informações relevantes ocorridas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

d) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o “CPC 21(R1) - Demonstrações Intermediárias”, com a norma internacional “IAS 34 – *Interim Financial Reporting*”, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

d.1) Extinção da Controlada S.L. Serviços Logísticos Ltda.

Em 24 de novembro de 2014, foi aprovado, por unanimidade, pelo conselho de administração VLI S.A., a extinção da S.L. Serviços Logísticos Ltda., objetivando a simplificação da estrutura societária da Companhia. Os membros do conselho de administração aprovaram, também, a realização de todos atos necessários, conexos e complementares à execução dos procedimentos societários.

Em 29 de dezembro de 2015, o pedido de baixa definitiva do registro de empresas (NIRE) junto aos órgãos públicos federais e estaduais foi concluído. Em função da extinção, as demonstrações contábeis da Ferrovia Centro-Atlântica deixaram de ser elaboradas e divulgadas considerando todos os atos e fatos societários abordados.

e) Base para estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia preparou suas demonstrações contábeis intermediárias com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão de perdas de contas a receber de clientes, provisão para perda de estoques, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para contingências prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

f) Pronunciamentos contábeis emitidos que não estão em vigor

As normas e interpretações emitidas pelo IASB relevantes para a Companhia que ainda não estão em vigor, são as mesmas apresentadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

g) Transações que não afetam o caixa

Durante o período findo em 30 de setembro de 2016 e 2015, a Companhia realizou atividades não envolvendo caixa e equivalentes de caixa e que, portanto, não estão refletidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Imobilizado/Intangível	1.179	-
Contas a pagar	1.179	-
Garantia de capacidade	-	93.848
Aluguel de Locos e Vagões	-	81.625

3 - Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2016	31/12/2015
Caixa e Bancos	3.482	3.792
Aplicações Financeiras (a)	13.644	36.411
	17.126	40.203

(a) As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 54,10% em 30 de setembro de 2016 e 99,73% em 31 de dezembro de 2015, do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

4 - Contas a receber

Circulante	30/09/2016	31/12/2015
Contas a receber de clientes	82.629	73.269
Contas a receber partes relacionadas	67.535	218.379
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(21.488)	(22.279)
	128.676	269.369
Não circulante		
Contas a receber de clientes	-	26.000
Contas a receber partes relacionadas	262.977	265.880
	262.977	291.880
Contas a receber - total	391.653	561.249

	30/09/2016	31/12/2015
A vencer	361.036	422.608
Vencidos até 3 meses	25.033	107.163
Vencidos de 3 a 6 meses	2.241	6.751
Vencidos acima 6 meses	24.831	47.006
	413.141	583.528
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(21.488)	(22.279)
Contas a receber - total	391.653	561.249

A metodologia adotada para constituir a estimativa de possíveis perdas de liquidação duvidosa contempla a avaliação criteriosa dos títulos vencidos há mais de 180 dias, considerando o histórico de operações e das condições comerciais mantidas com cada cliente em atraso. O comitê de créditos e cobranças analisa a situação dos atuais clientes visando mitigar possíveis perdas e inadimplências.

5 - Partes relacionadas

Balanço Patrimonial	30/09/2016	31/12/2015
Ativo circulante		
Contas a receber (a)		
VALIA	14	14
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	267	164
Log-in Logística Intermodal S/A	20	20
Mineração Andirá Ltda	-	3
MRS Logística S/A	513	536
Vale Manganês S.A.	4	4
Ultrafértil	54	79
Vale S/A	31.415	30.751
Vale Fertilizantes S.A	2.210	18.033
Vale Fosfatados S.A	-	-
Vale Moçambique	748	475
Mineração Urucum S.A	3	3
Salobo Metais S.A	5	5
Ferrovia Norte Sul S.A	77	118

VLI Operações Portuárias S.A	55	24
VLI S.A	469	482
VLI Multimodal S.A.	31.681	167.668
	67.535	218.379
Ativo não circulante		
Contas a Receber		
Vale S/A	262.977	265.880
	262.977	265.880
	30/09/2016	31/12/2015
Passivo Circulante		
Fornecedores (d)		
MRS Logística S/A	787	642
PASA	460	212
MITSUMI & CO, LTD	22	-
Ferrovia Norte Sul S.A	33	33
VLI Multimodal S.A.	31.116	9.893
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	1.330	1.403
VLI S.A	6.243	-
Vale S/A	5.785	4.637
	45.776	16.820
Passivo não Circulante		
Adiantamento para futuro aumento de capital (e)		
VLI Multimodal S.A.	2.835.893	2.795.893
	2.835.893	2.795.893
Demonstrações do Resultado	30/09/2016	30/09/2015
Receitas		
Receita bruta de serviços prestados (b)		
MRS Logística S/A	5.879	4.718
Vale Fertilizantes S.A	44.546	34.123
Vale S/A	100.832	101.046
VLI Multimodal S.A	601.438	618.465
	752.695	758.353
Receita de aluguel de locomotiva (b)		
Vale S/A	619	-
VLI Multimodal S.A	67.664	61.219
	68.283	61.219
Outras Receitas (despesas) Operacionais		
Vale S/A	(60)	782
Samarco	52	47
Vale Fertilizantes S.A	296	209
VLI S/A	(1.395)	85
VLI Multimodal S.A	(4.478)	-
Ferrovia Norte Sul	-	5
VLI Operações Portuárias S.A	6	-
	(5.579)	1.128
Custos e despesas		
Custo com aluguel de equipamentos		
Vale S/A	-	(969)
	-	(969)
Custo de partilha de fretes (Tráfego Mútuo) (c)		
Vale S/A	(96.345)	(103.152)
MRS Logística S/A	(24)	(1.276)
	(96.369)	(104.428)
Custo com direito de passagem (c)		
Vale S/A	-	(2.899)
MRS Logística S/A	(25.875)	(18.467)
	(25.875)	(21.366)
Custo dos serviços		
Vale S/A	(187)	-
PASA	(1.486)	-
Ferrovia Norte Sul S/A	(7)	-
VLI Operações Portuárias S/A	(26)	-
VLI Multimodal S/A	(34)	-
	(1.740)	-
Previdência Complementar		
VALIA	(2.535)	(3.209)
	(2.535)	(3.209)
Despesas (receitas) financeiras		
Juros - VLI Multimodal S/A	-	119
Juros - Vale Fertilizantes S.A	70	9
	70	128

As análises de vencimentos dessas contas a receber de partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

	30/09/2016	31/12/2015
A vencer	305.055	348.648
Vencidos até 3 meses	23.023	102.145
Vencidos de 3 a 6 meses	67	5.944
Vencidos acima 6 meses	2.367	27.522
Contas a receber de clientes	330.512	484.259

- (a) Os contas a receber com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FCA tem a receber pela venda de seus serviços, materiais de estoque e/ou itens do imobilizado.
- (b) As receitas com partes relacionadas representam a prestação de serviços de fretes, venda de direitos de opção de capacidade, aluguel de locomotivas e venda de outros materiais.
- (c) Os custos com direito de passagem e partilha de frete, representam os valores gastos com a utilização da malha ferroviária de outra concessionária.
- (d) As dívidas com empresas ligadas no circulante representam os valores que a FCA tem a pagar pela compra de serviços, materiais e/ou itens para o ativo imobilizado.
- (e) Os adiantamentos para futuro aumento de capital, são recursos recebidos pela FCA de seu acionista controlador VLI Multimodal S.A, a serem utilizados com a finalidade de aumentar o capital social (nota 19).

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia, composto exclusivamente pelos diretores estatutários, é paga integralmente pela controladora VLI S.A., sem o respectivo reembolso.

REFIS - Contrato de cessão de créditos fiscais

Com o advento da Lei 12865/13 - 09 de outubro de 2013 - § 7º, os contribuintes poderiam liquidar os passivos junto a Receita Federal, decorrentes de multas e juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), próprios e de empresas domiciliadas no Brasil, por eles controladas em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012 a FCA registrava em seus livros fiscais saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda, no montante de R\$ 1.412 milhões, e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 1.457 milhões, resultantes dos prejuízos acumulados nos últimos anos. A título destas, a FCA poderia gozar de R\$ 484 milhões em créditos fiscais no decorrer dos exercícios seguintes. A Vale, na época detentora indireta de participação em ações emitidas pela FCA, decidiu, em virtude do programa governamental, que permitiria as empresas se beneficiar das bases tributárias e adquirir as bases tributárias negativas das sociedades controladas.

Em Novembro de 2013 a VALE e FCA celebraram um contrato de cessão de créditos fiscais, no montante nominal de R\$ 484 milhões, ajustando ao valor presente a operação com uma taxa de desconto de 7,8%. A VALE pagou à FCA a primeira parcela à vista (correspondente à 25% do montante – cerca de R\$ 121 milhões) e as demais parcelas serão realizadas com base no montante anual equivalente ao benefício econômico que a FCA teria se ainda fosse titular dos créditos fiscais, ou seja, a VALE devolverá periodicamente à FCA os valores dos benefícios fiscais que esta faz jus, na medida em que esta apurar lucros tributáveis, até o limite do valor nominal dos créditos transferidos.

A primeira parcela a ser recebida durante o exercício de 2016 será no montante de R\$ 6.415, equivalente ao benefício econômico que teria sido auferido pela FCA caso ainda fosse a titular dos créditos fiscais.

6 - Estoques

Circulante	30/09/2016	31/12/2015
Peças e componentes de equipamentos / instalações	47.666	43.605
Combustíveis, lubrificantes e gases	2.024	2.450
Materiais de expediente e outros	4.989	5.755
Materiais elétricos / eletrônicos	5.558	6.835
Outros materiais	1.810	2.160
Provisão para perdas em itens de estoque (a)	-	(5.324)
	62.047	55.481

(a) A provisão de perda dos estoques é constituída através de uma estimativa dos itens obsoletos, inservíveis ou sem movimentação. Em fevereiro de 2016, a provisão para perdas foi baixada, uma vez que os estoques inservíveis foram vendidos.

7 - Tributos a recuperar

	30/09/2016	31/12/2015
Circulante		
ICMS a recuperar (a)	16.790	33.915
Imposto de renda retido na fonte	237	591
PIS e COFINS a compensar (a)	2.317	65.396
Imposto de renda e contribuição social antecipados	136	5.629
IOF a recuperar	127	127
Outros	648	62
	20.255	105.720
Não Circulante		
ICMS a recuperar (a)	34.529	17.644
PIS e COFINS a compensar (a)	53.000	-
	87.529	17.644
Tributos a recuperar - total	107.784	123.364

(a) Créditos fiscais extemporâneos registrados durante o exercício de 2015, tendo como principal a movimentação dos créditos fiscais de ICMS, PIS e COFINS.

A classificação dos tributos a recuperar, do ativo circulante, foi definida com base nas estimativas de realização para os próximos 12 (doze) meses das operações consolidadas do Grupo VLI. As parcelas de tributos a recuperar do ativo não circulante foram reavaliadas, considerando as expectativas de realização. Em 2016 foi transferido o montante de cerca de R\$ 49.675.

8 - Sinistros a recuperar e demais ativos

	30/09/2016	31/12/2015
Circulante		
Adiantamento a empregados	19.849	34.995
Sinistros a recuperar (c)	48.561	42.056
Adiantamento a fornecedores (d)	12.364	12.299
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente (b)	1.825	1.825
Prêmios de seguros pagos antecipadamente (e)	3.402	12.760
Aluguel do Terminal Integrado de Araguari (a)	10.191	4.198
Aluguel do Terminal Integrado de Santa Luzia (a)	3.697	1.523
Aluguel do Terminal Integrado de Guará (a)	1.308	9.154
Despesas c/ licença de uso de softwares	-	481
Outras contas	1.094	1.695
	102.291	120.986
Não circulante		
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente (b)	16.272	17.640
Adiantamento a fornecedores	39.896	-
	56.168	17.640
Sinistros a recuperar e demais ativos - total	158.459	138.626

- (a) Instrumento particular atípico de desenvolvimento de edificação, construção sob encomenda e locação atípica, na modalidade de *"built to suit"*. Os contratos assinados entre a Companhia e terceiros constituem o desenvolvimento e a implementação da construção do Terminal Integrador de Araguari e Santa Luzia e, por conseguinte a locação dos terminais à Companhia em caráter personalíssimo, sendo os referidos Terminais construídos para atender exclusivamente as necessidades da Companhia.
- (b) A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996, no montante de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista, com a contabilização idêntica aos contratos de arrendamento de bens. O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante de R\$ 292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente, conforme estipulado em contrato. Os valores pagos antecipadamente foram registrados na rubrica "Arrendamentos e concessão pagos antecipadamente", nos ativos circulante e não circulante.
- (c) Os gastos relevantes com sinistros, ocorridos na malha ferroviária e nos terminais portuários, neste e em exercícios anteriores, são apropriados no ativo circulante até a conclusão final das perícias técnicas, realizados pelas seguradoras contratadas.
- (d) Os adiantamentos a fornecedores são para garantir o fornecimento de insumos e materiais de reposição (estoques) para máquinas e equipamentos.
- (e) A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices de seguro. Em 30 de setembro de 2016, os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros são:

Modalidade	Cobertura	Valores em milhares
Responsabilidade Civil Geral	All Risk	R\$ 25.000
Riscos Operacionais	All Risk	R\$ 300.000
Transporte Internacional Importação	All Risk	USD 8.000
Transporte Nacional	All Risk	R\$ 150 por evento
Responsabilidade Civil do Transportador Ferroviário - RCTF-C	All Risk	R\$ 20.000 por evento R\$ 200 para container
Frota de automóvel	All Risk	R\$ 200
Vida em Grupo	Empregados, Cônjuges e Filhos	24 X Salário Base
Vida em Grupo	Menores e aprendizes	R\$ 13
Acidentes pessoais	Trens turísticos	R\$ 10

9 - Depósitos judiciais e provisão para contingências

De acordo com o Edital de Privatização, a União continuará como única responsável por todos os seus passivos, a qualquer título e de qualquer natureza jurídica. A Companhia procederá a compensação dos valores desembolsados, com os processos judiciais trabalhistas de responsabilidade da União, com as parcelas a vencer do contrato de arrendamento, mediante autorização judicial.

Depósitos judiciais (movimentação):

	31/12/2015	Adição	Baixa	Juros e atualização monetária	30/09/2016
Trabalhistas (a)	175.612	37.498	(5.871)	20.888	228.127
Cíveis	20.434	1.256	-	1.762	23.452
Tributárias	6.507	257	-	478	7.242
Ambientais	313	9	-	49	371
Previdenciários	10.157	-	(12)	-	10.145
	213.023	39.020	(5.883)	23.177	269.337

Provisões para contingências (movimentação):

	31/12/2015	Adição	Baixa	Juros e atualização monetária	30/09/2016
Trabalhistas (a)	46.921	7.167	(20.101)	2.944	36.931
Cíveis	12.776	2.934	(6.387)	1.132	10.455
Tributárias	643	32	(164)	32	543
Ambientais	1.710	-	(1.415)	192	487
Previdenciários	251	-	(61)	6	196
	62.301	10.133	(28.128)	4.306	48.612

(a) Em 30 de setembro de 2016, as contingências trabalhistas com expectativa de perda provável, de acordo com nossos consultores jurídicos, totalizam R\$ 36.931 (31 de dezembro de 2015, R\$ 46.921). Esses montantes não incluem as contingências de responsabilidade da União (extinta RFFSA), dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme o Edital de Desestatização em seu item 7.2 - Passivos Trabalhistas que diz: "As obrigações trabalhistas da RFFSA para com seus empregados transferidos para a concessionária, relativos aos períodos anteriores à data da transferência de cada contrato de trabalho, sejam ou não objeto de reclamação judicial, continuarão de responsabilidade da RFFSA." Em 30 de setembro de 2016 a Companhia havia reconhecido em suas demonstrações o montante de R\$ 86.674 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 81.830) que deverão ser reembolsados pela União (extinta RFFSA).

As naturezas dos principais processos provisionados são os mesmos das divulgadas no item 9.1 Contingências possíveis não provisionadas.

Com base nas normas contábeis vigentes, na análise individual dos processos e tendo como suporte a opinião dos nossos consultores jurídicos, a administração constituiu provisão para os valores contingentes com expectativa de perda provável.

9.1- Contingências possíveis não provisionadas

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes no montante aproximado de R\$ 2.168.000 (31 de dezembro de 2015 - aproximadamente R\$ 1.912.000), referente a causas de natureza trabalhista, cível, tributária, ambiental e previdenciário, para os quais, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, não foram constituídas provisões por se tratarem de perdas possíveis. O referido montante poderá ser reduzido, quando aplicável, em função da responsabilidade total ou parcial da União.

As composições das contingências por natureza podem ser assim apresentadas:

	30/09/2016	31/12/2015
Trabalhistas (i)	1.134.000	934.000
Cíveis (ii)	342.000	299.000
Tributárias (iv)	608.000	589.000
Ambientais (v)	49.000	42.000
Previdenciário (iii)	35.000	48.000
	2.168.000	1.912.000

(i) Trabalhistas: trata-se de reclamações trabalhistas promovidas por ex-empregados da FCA, bem como sindicatos e ex-empregados de empresas terceirizadas, cujos pedidos mais recorrentes e relevantes referem-se ao pagamento por horas extras; alegação de não pagamento de adicional de periculosidade com o pedido de seu pagamento; alegação de divergência de salário para funções idênticas, ensejando pedido de diferenças salariais; alegação de ficar o empregado à disposição da Companhia em horário de descanso, o que determina o pedido de pagamento de sobreaviso; pedido de danos morais e materiais decorrentes de acidentes do trabalho e doença ocupacional e pedido de responsabilidade

subsidiária da FCA, em decorrência de não cumprimento de obrigações trabalhistas por empresas contratadas pela mesma para a prestação de serviços diversos (terceirização).

(ii) Cíveis: trata-se de demandas contendo, principalmente, alegações de responsabilidade da FCA por acidentes envolvendo pessoas nos trilhos da malha ferroviária sob concessão, com pedidos de indenizações por danos morais, materiais e estéticos. Há ainda demandas discutindo questões indenizatórias, promovidas por empresas contratadas pela FCA, que alegam prejuízos contratuais.

(iii) Previdenciários: trata-se de cobrança de contribuições sociais (aposentadoria especial, diárias operacionais, PLR e INSS sobre valores pagos a autônomos e pagos a título de acertos de passivos trabalhistas).

(iv) Tributários: trata-se, principalmente, de cobrança de PIS/COFINS sobre receitas de tráfego mútuo e direito de passagem, glosa de créditos de ICMS e de auto de infração em processos de importação de locomotivas, cobranças de IPTU sobre imóveis objeto de arrendamento e autuações de ICMS relacionadas ao descumprimento de obrigações acessórias, glosa de créditos, exigência do imposto sobre a transferência de bens para o mesmo titular e ausência de retorno de bens remetidos para reparo/conserto no prazo regulamentar.

(v) Ambientais: trata-se de demandas cuja discussão se refere à alegação dos órgãos ambientais, Ministério Público e Prefeituras de que a FCA teria descumprido alguma obrigação ambiental, ou sua atividade tenha gerado algum impacto ambiental, impondo multas diversas à Companhia.

10 - Imobilizado

10.1- Composição do imobilizado:

Bens em operação	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	30/09/2016	31/12/2015
					Líquido	Líquido
Imóveis	25 a 40 anos	2,36%	24.649	(7.242)	17.407	21.590
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	5 anos	5,00%	4.737	(1.538)	3.199	1.095
Equipamentos autônomos	5 a 20 anos	11,68%	198.951	(85.437)	113.514	137.773
Veículos	3 a 5 anos	20,36%	11.920	(8.482)	3.438	5.143
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10%	17.368	(7.084)	10.284	11.570
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20%	7.853	(7.051)	802	2.898
Locomotivas	12,5 a 25 anos	6,30%	504.617	(165.008)	339.609	335.655
Vagões	33,3 anos	3,00%	206.256	(52.350)	153.906	236.586
Via permanente	19,11 anos	5,95%	28.646	(13.313)	15.333	-
Outros ativos	10 anos	10,00%	-	-	-	42.799
			1.004.997	(347.505)	657.492	795.109
Terrenos			1.142	-	1.142	1.142
Adiantamento a fornecedores de imobilizado			2.949	-	2.949	4.127
Provisão para baixa de ativo			(318)	-	(318)	(318)
Benfeitorias em curso			-	-	-	75.528
			3.773	-	3.773	80.479
			1.008.770	(347.505)	661.265	875.588

A Companhia concedeu locomotivas, vagões, veículos e equipamentos em penhora como garantia do juízo, em atendimento às execuções judiciais procedentes de processos judiciais e administrativos, no montante de R\$ 69.671 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 75.811).

10.2- Movimentação do imobilizado:

Imobilizado - Custo	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências entre imobilizado e intangível (a)	Transferências entre categorias	30/09/2016
Imóveis	26.901	-	(4)	(3.973)	1.725	24.649
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	2.536	-	-	(240)	2.441	4.737
Equipamentos autônomos	220.831	-	(585)	(142)	(21.153)	198.951
Veículos	11.920	-	-	-	-	11.920
Bens administrativos/auxiliares	18.412	-	(953)	(30)	(61)	17.368
Equipamentos e aplicativos de informática	13.453	-	(104)	(2.036)	(3.460)	7.853
Locomotivas	480.902	-	(12.852)	(63)	36.630	504.617
Vagões	317.515	-	(4)	(111.667)	412	206.256
Via permanente	-	-	(2.669)	(3.236)	34.551	28.646
Outros ativos	53.246	-	-	(2.161)	(51.085)	-
	1.145.716	-	(17.171)	(123.548)	-	1.004.997
Terrenos	1.142	-	-	-	-	1.142
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	4.127	-	(1.178)	-	-	2.949
Provisão para baixa de ativo	(318)	-	-	-	-	(318)
Benfeitorias em curso	75.527	-	-	(75.527)	-	-
	80.478	-	(1.178)	(75.527)	-	3.773
	1.226.194	-	(18.349)	(199.075)	-	1.008.770

(a) Os gastos com ativos imobilizado e intangível são inicialmente registrados como ativo intangível e posteriormente são feitas análises considerando a aplicação do referido ativo (bens próprios ou benfeitorias na concessão). Os ativos relacionados a bens próprios são transferidos para o ativo imobilizado.

10.3- Depreciação do imobilizado:

Imobilizado - depreciação	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências entre imobilizado e intangível (a)	Transferências entre categorias	30/09/2016
Imóveis	(5.311)	(1.157)	3	(919)	142	(7.242)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(1.441)	(117)	-	213	(193)	(1.538)
Equipamentos autônomos	(83.059)	(7.259)	589	159	4.133	(85.437)
Veículos	(6.777)	(1.705)	-	-	-	(8.482)
Bens administrativos/auxiliares	(6.842)	(1.214)	952	20	-	(7.084)
Equipamentos e aplicativos de informática	(10.555)	(484)	104	4.070	(186)	(7.051)
Locomotivas	(145.247)	(22.394)	11.268	350	(8.985)	(165.008)
Vagões	(80.929)	(8.974)	4	37.684	(135)	(52.350)
Via permanente	-	(6.360)	2.304	(3.461)	(5.796)	(13.313)
Outros Ativos	(10.447)	(898)	-	325	11.020	-
	(350.608)	(50.562)	15.224	38.441	-	(347.505)

10.4- Imobilizado em curso:

	30/09/2016	31/12/2015
Modernização e aquisição de matérias rodantes	-	66.575
Veículos rodoferroviários	-	8.952
	-	75.527

10.5- Redução do valor recuperável de ativos ("Impairment")

A Companhia avalia anualmente os eventos ou mudanças de circunstâncias que podem indicar se há evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), ou seja, se o valor contábil de um ativo ultrapassa seu valor de uso.

O método do fluxo de caixa descontado foi utilizado para elaboração dos testes de *impairment*, adotando as seguintes premissas:

- Plano de Negócios até 2026;
- A partir de 2027, é considerada a renovação da concessão;

c. A perpetuidade do fluxo de caixa foi considerada a partir de 2027.

A taxa de desconto aplicada no estudo de valoração da Companhia foi obtida através do custo médio ponderado de capital.

11 - Intangível

11.1- Composição do intangível:

					30/09/2016	31/12/2015
	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de concessão (b)	9,11 anos	4,70%	43.169	(22.706)	20.463	21.999
Softwares adquiridos	5 anos	20,00%	18.336	(10.580)	7.756	4.099
			61.505	(33.286)	28.219	26.098
Benfeitorias em propriedades arrendadas (a)						
Terrenos			14	-	14	15
Imóveis	9,11 anos	2,55%	277.056	(40.817)	236.239	236.803
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	9,11 anos	5,00%	14.719	(3.762)	10.957	15.298
	5 a 9,11 anos					
Equipamentos autônomos		9,38%	20.740	(4.241)	16.499	7.732
Veículos	3 a 5 anos	23,38%	107	(19)	88	-
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10,00%	6.505	(1.465)	5.040	2.394
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20,00%	197	(76)	121	667
Locomotivas	9,11 anos	7,57%	281.744	(124.515)	157.229	74.072
Vagões	9,11 anos	3,00%	262.150	(114.853)	147.297	67.951
Via permanente	9,11 anos	5,95%	3.190.155	(1.124.596)	2.065.559	2.032.597
Outros ativos	9,11 anos	10,00%	3	-	3	1.422
			4.053.390	(1.414.344)	2.639.046	2.438.951
Benfeitorias em curso			413.689	-	413.689	140.403
			4.528.584	(1.447.630)	3.080.954	2.605.452

(a) As benfeitorias em propriedades arrendadas estão vinculadas ao contrato de arrendamento com a extinta RFFSA, sucedida pela União em 2007 conforme Lei 11.483. O prazo de amortização das benfeitorias em instalações da via permanente arrendada foi limitado ao período de vigência do contrato de arrendamento.

(b) A Companhia registrou o montante de R\$ 72.939, referente ao valor pago do direito de operação, sendo R\$ 29.770 no ativo imobilizado, que são atribuíveis aos bens relacionados ao trecho transferido, e R\$ 43.169 no intangível como Direitos de Concessão, por se referir ao valor pago para operar o trecho denominado Malha Paulista.

11.2- Movimentação do intangível:

Intangível- Custo	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Transferências entre imobilizado e intangível	Transferências entre categorias	30/09/2016
Direitos de concessão	43.169	-	-	-	-	-	43.169
Softwares adquiridos	13.323	-	(9)	4.963	59	-	18.336
	56.492	-	(9)	4.963	59	-	61.505
Benfeitorias em propriedades arrendadas							
Terrenos	15	-	-	(1)	-	-	14
Imóveis	272.272	-	(2)	(3.835)	5.854	2.767	277.056
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	19.864	-	(3)	(501)	6	(4.647)	14.719
Equipamentos autônomos	14.481	-	(165)	10.972	165	(4.713)	20.740
Veículos	19	-	-	88	-	-	107
Bens administrativos/auxiliares	3.426	-	-	956	-	2.123	6.505
Equipamentos e aplicativos de informática	6.527	-	-	96	-	(6.426)	197
Locomotivas	194.024	-	(616)	87.294	432	610	281.744
Vagões	142.666	-	(3.308)	10.693	111.666	433	262.150
Via permanente	3.000.720	-	-	172.296	5.169	11.970	3.190.155
Outros Ativos	1.510	-	-	413	197	(2.117)	3
	3.655.524	-	(4.094)	278.471	123.489	-	4.053.390
Benfeitorias em curso	140.403	481.193	-	(283.434)	75.527	-	413.689
	3.852.419	481.193	(4.103)	-	199.075	-	4.528.584

11.3- Amortização do intangível:

Intangível - Amortização	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências entre imobilizado e intangível	Transferências entre categorias	30/09/2016
Direitos de concessão	(21.170)	(1.536)	-	-	-	(22.706)
Softwares adquiridos	(9.224)	(1.355)	9	(10)	-	(10.580)
Imóveis	(35.469)	(4.410)	2	(3.450)	2.510	(40.817)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(4.566)	(558)	3	3.764	(2.405)	(3.762)
Equipamentos autônomos	(6.749)	(704)	165	(53)	3.100	(4.241)
Veículos	(19)	-	-	-	-	(19)
Bens administrativos/auxiliares	(1.032)	(350)	-	(56)	(27)	(1.465)
Equipamentos e aplicativos de informática	(5.860)	(330)	-	6.114	-	(76)
Locomotivas	(119.952)	(4.507)	610	(293)	(373)	(124.515)
Vagões	(74.715)	(5.088)	2.945	(37.590)	(405)	(114.853)
Via permanente	(968.123)	(147.056)	-	(6.878)	(2.539)	(1.124.596)
Outros Ativos	(88)	(62)	-	11	139	-
	(1.246.967)	(165.956)	3.734	(38.441)	-	(1.447.630)

11.4- Intangível em curso:

	30/09/2016	31/12/2015
Aquisição e modernização de material rodante	20.971	20.060
Construção e ampliação de pátios e terminais	117.374	33.798
Equipamento de Grande Porte	35	-
Instalações administrativas e de apoio	2.702	4.613
Melhoria operação ferroviária	6.517	4.034
Novas rotas - desenvolvimento e ampliação	2.418	2.459
Oficinas - aquisição de equipamentos e reformas	27.904	26.461
Requalificação e melhorias nos postos de abastecimento	2.536	5.795
Segurança, saúde, meio ambiente - Desenvolvimento sustentável	6.783	10.118
Trens turísticos - melhorias	1.321	1.888
Via permanente (infraestrutura e superestrutura)	225.128	31.177
	413.689	140.403

12 - Leasing (arrendamento)

Arrendador:	Salus Empreendimentos Logísticos S.A.
Objeto:	fornecimento de 40 (quarenta) locomotivas tipo SD40
Prazo vigência:	novembro/2015 a outubro/2017
Condições de pagamento:	24 parcelas mensais fixas e sucessivas
Valor total contrato:	R\$ 85.416 mil
Amortização parcela mensal:	R\$ 3.559 mil
Valor total do Ajuste a Valor Presente: (em nov/15)	R\$ 6.074 mil

Foram pagas 11 (onze) parcelas e saldo em 30 de setembro de 2016 é R\$ 42.977, sendo R\$ 39.671 registrados no passivo circulante e R\$ 3.306 no não circulante (R\$ 41.246 e R\$ 31.671, respectivamente em 31 de dezembro de 2015).

13 - Contas a pagar

	30/09/2016	31/12/2015
Fornecedores terceiros (a)	112.081	104.749
Fornecedores partes relacionadas	45.776	16.820
Demais contas a pagar (b)	18.299	5.495
	176.156	127.064
(a) Fornecedores terceiros		
Mercado interno	108.086	104.749
Mercado externo	3.995	-
	112.081	104.749

b) Em decorrência de suas atividades operacionais, a Companhia é devedora perante diversos fornecedores e prestadores de serviços, débitos estes representados por duplicatas e notas fiscais futuras. Visando proporcionar alternativas de recebimentos para seus fornecedores, a Companhia concordou em participar dos convênios celebrados com instituições financeiras para operações de risco sacado, sem ônus para a Companhia.

14 - Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas

	30/09/2016	31/12/2015
Circulante		
Obrigações Fiscais		
IRPJ (imposto de Renda Pessoa Jurídica)	-	2.680
ICMS (Impostos s/ Circulação de Mercadorias e Serviços)	6.795	5.314
IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte)	2.599	3.016
PIS, COFINS	2.896	7.921
IOF (Imposto s/ Operações Financeiras)	207	207
ISS (Imposto s/ Serviços)	280	1.583
Obrigações sociais e trabalhistas		
Salários e encargos	18.497	17.913
Provisão para férias e 13º Salário	27.338	18.089
Benefícios trabalhistas	6.126	4.427
Participação nos resultados	-	52.454
	64.738	113.604

15 - Arrendamentos e concessões a pagar

	30/09/2016	31/12/2015
Circulante		
FCA - Malha Centro Leste		
Concessão (a)	2.328	2.084
Arrendamento (b)	44.235	39.592
	46.563	41.676
FCA - FERROBAN/Malha Paulista		
Concessão (c)	184	172
Arrendamento (d)	3.494	3.277
	3.678	3.449
	50.241	45.125

(a) A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante histórico de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 12.676 calculado, está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 470, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 30 de setembro de 2016 foram pagas 73 (setenta e três) parcelas, sendo a 73ª parcela paga no valor de R\$ 2.328.

(b) O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante histórico de R\$ 292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 240.844 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 8.935 corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 30 de setembro de 2016 foram pagas 73 (setenta e três) parcelas, sendo a 73ª parcela paga no valor de R\$ 44.235.

(c) A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga e o arrendamento da malha paulista foram estipulados pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 30 de dezembro de 1998, no montante histórico de R\$ 12.252, dos quais R\$ 2.917 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 9.335 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 347, corrigidas pela variação trimestral do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 30 de setembro de 2016 foram pagas 64 (sessenta e quatro) parcelas, sendo a 64ª parcela paga no valor de R\$ 184.

(d) O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 30 de dezembro de 1998 com a União, no montante histórico de R\$ 230.160, dos

quais R\$ 52.793 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 177.367 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 6.937 corrigidas pela variação trimestral do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 30 de setembro de 2016 foram pagas 64 (sessenta e quatro) parcelas, sendo a 64ª parcela paga no valor de R\$ 3.494.

16 - Demais passivos

	30/09/2016	31/12/2015
Circulante		
Seguro Responsabilidade Civil (a)	-	517
Risco Operacional (a)	-	12.947
Responsabilidade Civil Transp. Carga Ferroviária (a)	2.788	1.769
Provisão para franquia de seguro (b)	24.000	24.000
Adiantamento de clientes	52.849	-
Passagem de fibra ótica (c)	317	317
Contrato de aluguel (d)	1.250	1.250
Contrato de opção de reserva de capacidade (e)	26.394	-
Contrato de aluguel de locomotivas e vagões (f)	22.555	-
Garantias contratuais	1.797	1.797
Outros	5.166	3.020
	137.116	45.617
Não circulante		
Passagem de fibra ótica (c)	2.774	3.012
Contrato de aluguel (d)	22.813	23.750
Outros	-	164
	25.587	26.926
Demais passivos - total	162.703	72.543

- (a) Prêmios de seguros contratados para coberturas de responsabilidade civil, operacional e de transportes de carga ferroviária.
- (b) São franquias de seguros com os acidentes operacionais ocorridos em sua malha ferroviária.
- (c) Refere-se à receita antecipada de aluguel da malha ferroviária da Companhia para passagem de fibra ótica de empresa de telecomunicação que está sendo apropriada mensalmente ao resultado pelo período total do contrato firmado com o cliente.
- (d) Refere-se a receitas antecipadas com a utilização dos serviços de transbordo rodoferroviário no terminal de origem até ao terminal de destino, que será amortizada e apropriada mensalmente ao resultado pelo prazo integral do contrato celebrado com o cliente.
- (e) Refere-se ao Contrato de Opção de Reserva de Capacidade celebrado entre a Companhia e a VLI Multimodal S.A. Pelo contrato a Companhia será remunerada pela reserva de capacidade da Malha Centro-Leste no valor de R\$ 93.848 anuais, atualizados pelo IGP-M (Índice Geral de Preços Médios). A Companhia deverá ser avisada até o dia primeiro de maio de cada ano da intenção da VLI Multimodal S.A de exercer seus direitos contratuais.
- (f) Refere-se à receita antecipada de aluguel de locomotivas e vagões conforme contrato celebrado entre a Companhia e a VLI Multimodal S.A. O contrato terá vigência de 14 anos e a Companhia receberá anualmente o valor de R\$ 81.625 ajustado pelo IGPM (Índice Geral de Preços Médios).

17 - Adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC

Estes adiantamentos foram concedidos em caráter irrevogável e sem vencimento específico, sendo capitalizados à medida que são aprovados em assembleia geral dos acionistas e também com anuência da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A quantidade de ações emitidas em decorrência da capitalização dos AFACs é determinada no momento da aprovação

do aumento de capital pelos acionistas, não sendo, portanto, fixadas no momento da concessão dos mesmos. Estes valores foram tratados como instrumento financeiro. Em 30 de setembro de 2016 – R\$ 2.835.893 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 2.795.893).

18 - Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2016 o capital social está representado por 210.197.577.031.248 ações ordinárias e 66.665.012 ações preferenciais, todas nominativas. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.

É facultado à Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, optar pelo regime escritural para a emissão, registro de propriedade e transferência de uma ou mais classes de ações. Neste caso, a contratação da escrituração e a guarda dos livros de registro e transferência de ações e a emissão de certificados só poderão ser efetuados com instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a manter esse serviço. A instituição financeira depositária das ações ficará autorizada a cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites legais.

A Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, poderá criar outras classes de ações, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais.

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total de Ações	% Participação
VLI Multimodal S.A.	210.197.526.400.847	55.673.349	210.197.582.074.196	99,99998%
Outros - não controladores	50.630.401	10.991.663	61.622.064	0,00002%
Totais	210.197.577.031.248	66.665.012	210.197.643.696.260	100%

b) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no período.

Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do prejuízo por ação.

	30/09/2016	30/09/2015
Cálculo da média ponderada (210.197.643.696.260 x 9/9)	210.197.643.696.260	210.197.643.696.260
Lucro líquido do período	30.556	41.612
Ações em 30 de setembro	210.197.643.696.260	210.197.643.696.260
Lucro básico e diluído por lote de milhão de ações R\$	0,15	0,20

19 - Receita líquida de serviços prestados

	30/09/2016	30/09/2015
Receita Bruta		
Receita de transporte ferroviário	1.204.625	1.165.085
Receita de utilização de pátios	3.826	2.957
Receita de estadia de vagões	3.123	2.819
Receita de aluguel de locomotivas	68.620	61.916
Receita de partilha de frete	81.267	81.345
Receita de serviços acessórios	193.460	136.531
	1.554.921	1.450.653
Impostos sobre serviços		
ICMS	(69.232)	(59.906)
PIS	(24.245)	(22.025)
COFINS	(111.673)	(101.449)
INSS Desoneração	(23.808)	(14.470)
	(228.958)	(197.850)
Descontos		
Descontos concedidos	(204)	(2.735)
Receita líquida dos serviços prestados	1.325.759	1.250.068

20 - Custos dos serviços prestados

	30/09/2016	30/09/2015
Pessoal	(229.188)	(241.140)
Material	(66.069)	(60.095)
Combustíveis	(260.159)	(261.179)
Serviços contratados	(83.989)	(84.427)
Partilha de frete	(142.446)	(146.143)
Tributos e taxas	(2.237)	(705)
Outros	(12.059)	(5.304)
Depreciação e amortização	(212.088)	(190.251)
Arrendamento e Concessão	(153.782)	(139.164)
Alugueis	(87.406)	(58.260)
Seguros	(17.104)	(11.948)
Utilities	(10.971)	(10.691)
Viagens	(10.595)	(10.600)
	(1.288.093)	(1.219.907)

21 - Receitas (despesas) operacionais

a) Despesas com vendas

	30/09/2016	30/09/2015
Pessoal	(87)	(111)
Material	(1)	-
Serviços contratados	(1)	(4)
Alugueis	(2)	(1)
Viagens	(1)	-
Outros	-	-
Utilities	(1)	(2)
Depreciação	-	-
	(93)	(119)

b) Despesas gerais e administrativas

	30/09/2016	30/09/2015
Pessoal	(1.454)	(1.681)
Material	(3)	(12)
Serviços contratados	(387)	(1.521)
Compart. de Despesas	(40.269)	-
Tributos e Taxas	(263)	(106)
Combustíveis	-	(11)
Utilities	(73)	-
Alugueis	(34)	(58)
Viagens	(128)	(59)
Outros	(0)	(5)
Depreciação	(1.842)	(1.954)
	(44.453)	(5.407)

c) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	30/09/2016	30/09/2015
Outras receitas operacionais		
Venda de materiais	10.713	7.596
Venda de ativos	11.712	32.844
Recuperação de despesas	18.415	17.652
Trem Turístico	2.864	3.616
Exploração da Faixa de Domínio	3.090	2.708
Multas contratuais	26.437	16.788
Alugueis	875	1.018
Recuperação de despesas - RFFSA	-	3.583
Outros	(29)	4.503
	74.077	90.308
Outras despesas operacionais		
Tributárias	(6.862)	(12.145)
Baixa de Ativos	(8.939)	(10.226)
Participação no resultado	(670)	-
Provisão Desvalorização de estoque	5.324	394
Perda de recebíveis	(638)	(3.653)
Outros gastos c/pessoal	(1.112)	(9.427)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.471)	(927)
Multas contratuais	-	(600)
Trem Turístico	(1.250)	(1.877)
Trem Turístico-depreciação	(2.684)	(2.253)
Outras operacionais	(1.387)	(4.925)
Materiais, peças e componentes	-	(1.879)
Processos Jurídico Judiciais	(30.058)	(31.195)
Indenizações	(1.108)	(7.041)
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	791	5.107
Provisão para contingências	13.688	10.858
	(36.376)	(69.789)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	37.701	20.519

22 - Resultado financeiro

	30/09/2016	30/09/2015
Receitas financeiras		
Aplicação mercado financeiro	1.028	1.612
Juros, taxas e multas de mora	953	982
	-	12
	1.981	2.606
Despesas Financeiras		
Despesas com IOF	(189)	(36)
Despesa com Seguro garantia	(1.480)	
Encargos sobre cessão de Créditos	(6.810)	
Encargos por atraso	(31)	(2.983)
Despesas com Pis/Cofins sobre receitas financeiras	(1.447)	
Encargos Financeiros - Leasing	(2.090)	
Juros, taxas e multas	(1.206)	(605)
Outras despesas financeiras	(3.676)	(4.340)
	(16.929)	(7.964)
Receita Variação monetária e cambial	32.053	20.471
Resultado financeiro	17.105	15.113

23 - Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia efetua o reconhecimento do imposto diferido baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, nos prejuízos fiscais apurados e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que foram consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros.

O total dos créditos fiscais reconhecidos pode ser assim demonstrado:

	30/09/2016	31/12/2015
Imposto de renda diferido		
Provisão para devedores duvidosos	5.372	5.570
Provisão para contingências	12.155	15.576
Outras provisões	6.780	22.631
Ajuste a valor presente de ativos financeiros	24.357	24.357
Prejuízo fiscal	82.631	75.933
	131.295	144.067
Contribuição social diferida		
Provisão para devedores duvidosos	1.934	2.005
Provisão para contingências	4.374	5.606
Outras provisões	2.441	8.147
Ajuste a valor presente de ativos financeiros	8.768	8.768
Base negativa	26.012	23.601
	43.529	48.127
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	174.824	192.194
Prejuízo fiscal para imposto de renda	330.526	280.733
Base negativa da contribuição social	289.022	250.305

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para ser utilizado, com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas, em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Tais premissas e projeções são fundamentadas no plano de negócios consolidado da controladora indireta VLI, devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração.

A expectativa de realização dos créditos, relativo ao prejuízo fiscal, à base negativa da contribuição social, ocorrerá da seguinte forma:

ANO	30/09/2016	31/12/2015
2016	18.622	20.472
2017	17.609	19.359
2018	27.078	29.768
2019	28.287	31.098
2020	27.743	30.499
2021 em diante	55.485	60.998
	174.824	192.194

b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	30/09/2016	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2015
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	47.926	47.926	60.267	60.267
Adições (exclusões) permanentes:				
Multas não dedutíveis	71	71	227	227
Despesas não dedutíveis	706	706	4.014	4.014
Despesas financeiras	-	-	95	95
Outras	2.386	2.386	980	980
Adições (exclusões) temporárias:				
Reversão da provisão para contingências	(13.688)	(13.688)	(10.858)	(10.858)
Reversão da provisão para perdas de materiais	(5.324)	(5.324)	(394)	(394)
Reversão da provisão de participação nos resultados	(52.454)	(52.454)	(19.094)	(19.094)
Reversão de outras provisões	(5.624)	(5.624)	(13.145)	(13.145)
Reversão de perdas de créditos, líquida	(791)	(791)	(5.107)	(5.107)
Base de cálculo	(26.792)	(26.792)	16.985	16.985
Prejuízo Fiscal e base negativa do exercício	(26.792)	(26.792)	16.985	16.985
Despesas corrente de imposto de renda e contribuição social	-	-	2.883	1.070
Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos	(12.772)	(4.598)	10.810	3.892
Total da despesa de impostos das atividades	(12.772)	(4.598)	13.693	4.962

24 - Informação por segmento de negócios

Considerando que as atividades da Companhia apresentam características econômicas e financeiras similares e visando a adequada avaliação dos efeitos financeiros e dos ambientes econômicos e regulatórios onde atua, a administração da Companhia toma suas decisões e avalia regularmente o desempenho de seus produtos e serviços a partir do agrupamento de suas atividades em um único segmento.

A unificação dos segmentos foi validada com base nos seguintes aspectos:

- A geração de caixa de suas atividades é decorrente das atividades de prestação de serviços de transportes de cargas.
- A metodologia aplicada na prestação de serviços de transportes de cargas é idêntica para todos os clientes, independentemente da categoria.

25 - Benefícios a empregados

25.1- Previdência complementar

Conforme previsto no Edital de Privatização, uma das obrigações da Companhia era implantar um plano de previdência privada em substituição ao plano da REFER - Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social.

A VALIA - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social ("VALIA"), entidade jurídica de fins não lucrativos, instituída em 1973, tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da VALE, suas controladas e coligadas, que participam ou venham a participar do plano. Em outubro de 2000, foi implantado na Companhia o plano da VALIA.

A Companhia, sua controladora e diversas empresas do Grupo Vale são patrocinadoras da VALIA.

a) Contribuições

As despesas relacionadas às contribuições plano de contribuição definida Vale Mais, no período findo em 30 de setembro de 2016, totalizaram R\$ 2.535 (Em 30 de setembro de 2015 - R\$ 3.209).

A FCA não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

A FCA é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA.

b) Principais premissas atuariais

As premissas utilizadas em 30/09/2016 são as mesmas de 31/12/2015.

26 - Gestão de riscos financeiros

Estimativa de valor justo

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes,

adiantamentos para futuro aumento de capital, fornecedores e partes relacionadas, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização.

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a Companhia não possuía instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo nível 1 e 3.

Informações (inputs) de Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações (inputs) de Nível 2

Informações (inputs) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações (inputs) de Nível 3

Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Abordagem de mercado

Técnica de avaliação que utiliza preços e outras informações relevantes geradas por transações de mercado envolvendo ativos, passivos ou grupo de ativos e passivos idênticos ou comparáveis (ou seja, similares), como, por exemplo, um negócio.

Fatores de risco financeiro

As atividades da FCA a expõem aos riscos financeiros de mercado (incluindo o risco de preço e risco de taxa de juros de fluxo de caixa) risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos em 30 de setembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015.

A gestão de risco é efetuada de forma centralizada no contexto do Grupo VLI.

a) Risco de Mercado

Risco de preço

Considerando a natureza dos negócios e operações da FCA, o principal fator de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos.

O aumento dos custos de insumos, como por exemplo, o óleo diesel (principal insumo), levaria a um aumento do frete ferroviário, e poderia deixar os produtos agrícolas em desvantagem no mercado externo refletindo diretamente nos resultados da Companhia.

Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores relacionados às importações de estoque e imobilizado.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pelo arrendamento e concessão a pagar (Nota 16), não há ativos ou passivos significativos com incidência de juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

Análise de Sensibilidade

a) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

Análise de sensibilidade elaborada sobre receita financeira gerada por investimentos, rentabilizados pelo indexador CDI.

O cenário I considera uma diminuição de 10% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante do rendimento atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração de 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 30 de setembro de 2016.

30/09/2016				
Indexador	Taxas do final do período (i)	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	14,13%	12,72%	11,30%	9,18%

(i) Taxa em de 30/09/2016.

30/09/2016				
	30/09/2016	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Receita Financeira	1.028	925	823	668

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral. O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes terceiros. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite o bloqueio automático de vendas a clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas. Também deve ser destacado que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresenta concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes terceiros com consequente minimização de perdas individuais.

Atualmente o maior cliente individual da Companhia é sua controladora direta VLI Multimodal.

Em 30 de junho de 2016, a Companhia constituiu provisão para cobrir eventuais perdas com contas a receber no montante de R\$ 21.488 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 22.279).

O valor limite para aplicações financeiras em cada instituição financeira será determinado em função do *rating* e patrimônio líquido. Os limites são definidos conforme política financeira consolidada do Grupo VLI, sendo conforme tabela abaixo:

Limite Máximo Consolidado - Brasil e Exterior

<i>Rating</i> Mínimo da Instituição de acordo com Agências S&P ou Fitch (1)	Patrimônio Líquido da instituição (2)	Disponível de Caixa (3)
brAA	10%	45%
brAA-	10%	30%
brA	5%	20%
brA-	5%	5%

- Os limites das colunas (2) e (3) devem ser atendidos simultaneamente.
- A coluna (3) indica o percentual máximo de concentração em única instituição financeira.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações contábeis, patrimônio líquido e “*rating*” visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

Os passivos financeiros da Companhia estão classificados no passivo circulante e não circulante considerando os prazos de vencimento.

d) Risco operacional

A FCA S.A possui programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo *All Risks* (Nota 8).

Instrumentos financeiros por categoria

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro 2015 estão relacionados abaixo, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização e valor justo.

	30/09/2016	31/12/2015
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	3.482	3.792
Aplicações Financeiras	13.644	36.411
Contas a receber	61.141	76.990
Partes relacionadas	330.512	484.259
Contas a receber da RFFSA (União)	86.674	81.830
	495.453	683.282
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos	-	-
Debentures	-	-
Leasing	42.977	72.917
Fornecedores	112.081	104.749
Contas a pagar	18.299	5.495
Partes relacionadas	45.776	16.820
Arrendamento, concessões e subconcessões	50.241	45.125
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.835.893	2.795.893
	3.105.267	3.040.999

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo VLI. A origem de recursos se baseia em capital próprio, não havendo a captação de recursos de terceiros.

O passivo líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do período é apresentado a seguir. O indicador atual demonstra que as atividades são mantidas preponderantemente com os recursos provenientes de seus acionistas.

	30/09/2016	31/12/2015
Total passivo	3.383.266	3.290.709
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(17.126)	(40.203)
	3.366.140	3.250.506
Patrimônio líquido	1.626.857	1.596.301
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	2.835.893	2.795.893
Total patrimônio líquido+ AFAC	4.462.750	4.392.194
	75,43%	74,01%

27 - Compromissos

Os gastos contratados, mas ainda não incorridos no contexto das demonstrações contábeis correspondem exclusivamente a compromissos assumidos pela Companhia referentes às concessões e arrendamentos da Malha Centro Leste e da Malha Paulista. Os compromissos assumidos podem ser resumidos conforme abaixo:

	Malha Centro Leste	Malha Paulista Ferroban
Quantidade de parcelas totais	112	112
Periodicidade de pagamento	Trimestral	Trimestral
Índice de atualização das parcelas	IGP-DI (FGV)	IGP-DI (FGV)
Quantidade de parcelas pagas até 30 de junho de 2016	73	64
Valor da última parcela paga		
Concessão	2.328	552 (*)
Arrendamento	44.235	10.483 (*)

(*) Parcela de responsabilidade da FCA (35,595%)

28 - Eventos subsequentes

No dia 11 (onze) de outubro de 2016 foi autorizado aumento de capital em moeda corrente, no montante de R\$ 2.835.892.857,59 (dois bilhões, oitocentos e trinta e cinco milhões, oitocentos e noventa e dois mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e nove centavos).

Por fim, foram autorizados três Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (“AFACs”), realizados em:

- 14 (catorze) de outubro de 2016, no montante de R\$ 20.000.000,00;
- 17 (dezessete) de outubro de 2016, no montante de R\$ 15.000.000,00;
- 17 (dezessete) de outubro de 2016, no montante de R\$ 20.978.008,97.